

ARTIGO

PEC 06|2020



No momento em que a pandemia provocada por esse maldito vírus o Covid-19, vem se alastrando em nosso Estado de forma alarmante e assustadora. Neste momento complicado e preocupante, o governo federal, disponibilizou para estados e municípios, somas vultosas para o combate ao coronavírus, esta ação altruísta e necessária, por certo estará comprometendo o erário público, porém esta medida se faz necessária.

A ação do governo federal, até o dia 12 de junho, já havia disponibilizado, para estados e municípios brasileiros, a quantia de R\$ 156,8 bilhões, dados estes, compilados da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. Este ano, as contas públicas, devido aos gastos extras para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, em função disso, o déficit deve aproximar-se dos R\$ 600 bilhões, valor correspondente a cerca de 8% do Produto Interno Bruto (PIB).

Fiz essa chamada, para mostrar o momento complicado e preocupante que vivemos, em função dessa pandemia, mesmo assim, o governo do Estado, vem enviando projetos complicados e fortuitos, para serem votados na Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Falando em temas polêmicos, eis que volta à Casa de Leis, Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso para votação, a PEC 06|2020, que altera a idade mínima de aposentadoria para os servidores públicos de todos os cargos efetivos e membros dos poderes e órgãos autônomos de Mato Grosso.

Com a nova regra, os homens passam a se aposentar a partir de 65 anos e as mulheres a partir de 62 anos.

A PEC define ainda que a aposentadoria compulsória se dê aos 75 anos. A alíquota de contribuição da previdência dos servidores públicos que era de 11% e passou a ser de 14%.

Outra questão emblemática diz respeito aos professores interinos que não conseguiram ser contratados em função da chegada do Covid-19 em nosso Estado. Em função disso a ALMT no dia 01 de abril de 2020, votou auxílio de R\$ 1.100, através do Projeto de Lei 365/2020 altruísta e necessário; porém o governador do Estado de Mato Grosso, Mauro Mendes (DEM), vetou o mesmo.

Felizmente, por 16 votos a favor a derrubada do veto e 5 contrários, o mesmo foi derrubado, graças a Deus; quando digo isso, muitos irão achar que estou querendo fazer média, com meus colegas professores, vou mais além, tenho orgulho de no passado ter sido interino, e sei o quanto é difícil ficar sem salário, principalmente

em um momento como este de pandemia, felizmente a maioria dos deputados tiveram sensibilidade e amor ao próximo.

Concomitantemente a tudo que foi dito por mim, ontem, assisti a uma Live, de um dos deputados estaduais, que votou pela derrubada do veto, reporto-me ao deputado estadual Elizeu Nascimento (DC).

Governo Federal disponibilizou somas vultosas para combate ao coronavírus

Gostei muito da Live, pela eloquência da mesma, em sua fala, com um viés municipalista, posicionou-se veementemente a favor, da população, principalmente quando diz “A PEC 06|2020, a considero a PEC da escravidão; e vai mais além ao dizer, que em um momento tão preocupante e alarmante como este, o governo do estado, envie para a Assembleia Legislativa, projetos complicados e de difícil digestão”.

Com relação aos professores interinos, após a votação da derrubada do veto, segundo ele, “O magnânimo governador do estado, Mauro Mendes (DEM), após a votação do veto, teria chamado os votantes pela derrubada do mesmo de irresponsáveis; e vai mais além, e diz que os poderes são independentes, e que cada deputado foi eleito pelo voto direto, e que os mesmos não seriam obrigados, a votar em tudo aquilo que o Executivo encaminhe para esta Casa de Leis. E digo mais, a Assembleia Legislativa não é um puxadinho do Palácio Paiaguás”.

Licio Antonio Malheiros é geógrafo.

JORNAL DIÁRIO DA SERRA Propriedade da AJOTA ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA CNPJ: 29.464.235/0001-16 Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões 78300-000 Tangará da Serra-MT ISSN 22386467	REDAÇÃO DIREÇÃO DE JORNALISMO Fabíola Tormes CONTATO ds@diariodaserra.com.br Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o whatsapp do DIÁRIO DA SERRA  (65) 99809.2921 www.diariodaserra.com.br www.ds.jor.br
TIRAGEM 1 MIL EXEMPLARES CIRCULAÇÃO Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenópolis, Nortelândia e Santo Afonso. CENTRAL DO ASSINANTE (65) 3326.6501 	DEPARTAMENTO COMERCIAL PUBLICIDADE ASSINATURA PUBLICIDADE LEGAL Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA SERVIÇOS GRÁFICOS E. Tormes e Cia. LTDA CNPJ: 14.048.123/0001-07 CONTATO: adm@diariodaserra.com.br Fone: (65) 3326-4724

Diário da Serra®

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
EDIÇÃO ON-LINE DESDE 06 DE SETEMBRO DE 1997
Endereço: Av. Tancredo Neves - 1247 W
Parque Mansões - CEP:78300-000
Tangará da Serra - MT - Brasil

 www.facebook.com/jornalds  @diariodaserra

EM TRAMITAÇÃO

Projeto obriga Município a divulgar gastos no enfrentamento à pandemia



Vereador Romer Japonês, autor do projeto

ALEXANDRE ROLIM / Tangará em Foco

Começou a tramitar nesta terça-feira, 23, na sessão ordinária da Câmara Municipal de Tangará da Serra, o projeto de lei 16/2020, que, se aprovado, obriga o Executivo Municipal a divulgar, de forma clara e detalhada, relatórios de todos os gastos de dinheiro público no enfrentamento à pandemia do coronavírus (Covid-19).

Autor do projeto, o vereador Romer Japonês (PV), defende maior transparência, não apenas nesse período de pandemia, mas em outros possíveis momentos de calamidade pública, quando os gestores do dinheiro público podem efetuar gastos sem a necessi-

dade de realizar licitações. “(...) diante da decretação de emergência ou calamidade, a lei autoriza a dispensa de licitação e considerando o atual cenário decorrente da Pandemia de COVID-19, é importante a implantação de mecanismos de controle dos gastos públicos”, defende Romer no projeto. “Nesse sentido, vemos que a publicidade dos gastos para enfrentamento dessas situações, não só da atual pandemia, mas também aqueles decorrentes de outras situações de emergência ou calamidade, é importante ferramenta para ajudar nesse controle”, continua. O projeto de Romer ainda obriga o Executivo a explicitar nos relatórios os

nomes dos fornecedores e os valores de cada compra feita pelo Município. “(...) divulgar na página oficial do Município na internet, de forma clara e detalhada, e ao Poder Legislativo, através de relatório, as despesas decorrentes do enfrentamento de situações de calamidade e emergência que tenham sido realizadas mediante dispensa de licitação, independente do seu valor, devendo conter o nome do fornecedor e o valor correspondente ao produto adquirido”, diz trecho do projeto.

A matéria começa a tramitar na Câmara Municipal e deverá votada em dois turnos. Se aprovado, o texto irá para a sanção do prefeito Fábio Junqueira (MDB).

TANGARÁ

Vereador denuncia ato de vandalismo em chafariz do Bosque Municipal

FABÍOLA TORMES / Redação DS

O chafariz instalado na entrada do Parque Municipal Ilto Ferreira Coutinho, o Bosque Municipal em Tangará da Serra, amanheceu cheio de espuma.

O ato de vandalismo foi denunciado pelo vereador Nilton Dalla Pria na manhã desta quarta-feira, 24. “Olha a maldade do ser humano”, lamentou Niltoninho, denunciando que

uma pessoa jogou sabão em pó no chafariz localizado em frente ao Bosque Municipal, deixando-o cheio de espuma. “Isso é coisa de brasileiro que não tem cultura, coisa de brasileiro que não tem amor as coisas públicas... Coisas públicas são de todos os tangaraenses, são nossas, que temos que zelar”, continuou. “Agora tudo isso vai ter despesa (...) para poder limpar”.

O chafariz, que começou a funcionar em abril deste ano, é parte das obras de revitalização do Bosque Municipal. O local passa por mudanças muitas mudanças internas e externas, desde a fachada, calçamento, jardinagem, pista de caminhada, canaletas nas laterais, novos bancos, lixeiras e um playground para as crianças. O trabalho iniciou em setembro do ano passado, sendo investido aproximadamente R\$ 1 milhão.